

## **POR UMA HISTÓRIA AMBIENTAL URBANA**

Yuri Simonini

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

[ysimonini@hotmail.com](mailto:ysimonini@hotmail.com)

### **Considerações iniciais**

A cidade e a natureza, vistos a partir de definições das mais diversas áreas de conhecimento, são tratados como antagônicos entre si, por representarem características distintas que comumente não possuem uma relação direta entre si. De fato, ao se observar as definições propostas, percebe-se uma incompatibilidade em transformá-los num único objeto de estudo. Exemplos como Kevin Lynch (1997, p.11) que conceitua a cidade como uma “(...) construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo” e a definição de natureza para Carlos W. Gonçalves (2008, p.23) como “(...) aquilo que se opõe a cultura”, demonstram como esse antagonismo é retratado, reforçando mais as diferenças do que propondo uma relação direta de estudo.

Contudo, não é possível conceber a existência da cidade sem a natureza e vice-versa. Há uma dependência intrínseca na qual a história humana encontra-se inserida num contexto ecológico, geográfico e cultural e essa vinculação com o meio ambiente tornou propício o surgimento de formas de produção e de estruturas sociais que “han gerado formas de percepción social de la naturaleza y la transformación social del médío” (ZARRILLI, 2002, p.65). Assim, a História Urbana e a História Ambiental formam dois eixos teórico-metodológicos convergentes, permitindo uma interlocução válida entre elas, com o intuito de interligar o progresso técnico-científico, as mudanças políticas e sociais, a ocupação territorial e extração e aproveitamento de recursos naturais às transformações ambientais.

Essa união é possível, pois a cidade e a sua evolução, a partir de uma perspectiva histórica, inserem-se como um dos principais temas tratados pela História Urbana e a História Ambiental “(...) trata do papel e do lugar da natureza na vida do homem” (WOSTER, 1991, p.200), a ação humana sobre o meio natural, intervindo sobre o mesmo, construindo espaços artificiais e as conseqüências ambientais resultantes seriam, em linhas gerais, a proposta de uma História Ambiental Urbana, uma área ainda pouco estudada. Se por um lado, a História Urbana encontra-se consolidada, com um arcabouço teórico-metodológico próprio, desde meados do século XX, por outro, a História Ambiental pode ser considerada uma disciplina relativamente nova. Apesar do consenso dos autores que o seu surgimento – de fato – se deu em meados da década de 1970 (ZARRILLI, 2002; TARR, 2002; MARTINEZ, 2006), fruto das discussões

gestadas a partir das crises ambientais<sup>1</sup> que estavam grassando o globo naquele período, os debates já estavam ocorrendo desde a década de 1950 (PALEO, 2008).

Isto exposto, questiona-se como a História Ambiental pode ser utilizada para o estudo do papel e do lugar da natureza na história da vida urbana? Sendo assim, o objetivo deste trabalho é discutir os pressupostos teórico-metodológicos que analisem o papel da natureza na forma de espaço natural dentro do meio citadino, contribuindo com a elaboração de uma possível História Ambiental Urbana.

### **A História Ambiental**

Um dos principais expoentes e articuladores da História Ambiental foi Donald Worster (1991), o qual afirma que a historiografia se manteve, no último século, calcada em questões políticas e econômicas e centrada na idéia do Estado como principal gestor das ações humanas. Sua perspectiva volta-se para a pluralidade histórica dos processos realizados pelo homem, afirmando que ao se inserir num contexto cujo papel da natureza influi em sua história: “A História Ambiental é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido” (WORSTER, 1991, p.199).

Essa nova história “rejeita a premissa de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que as conseqüências ecológicas de seus feitos passados podem ser ignoradas” e tem como objetivo “entender como os seres humanos foram afetados pelo ambiente natural e inversamente como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (WORSTER, 1990, p.1088-1089). Para tanto, não se pode pensar numa História Ambiental separada do homem, sua relação está intimamente ligada, pois desde a concepção de ciência moderna, a humanidade vê a natureza como um recurso que se pode usar arbitrariamente. Assim, busca “construir una puente que permita la comunicación, por muchos años interrumpida, entre las ciencias naturales y ambientales y los estudios históricos, incluyendo aquí todas as humanidades y estudios de la sociedad y la cultura” (WORSTER apud MENDELÉS DOBLES, 2002, p.11).

O que se pode inferir é que a História Ambiental possui um pensamento “holístico” e orgânico que retira das mais diversas áreas de estudo para buscar um número maior de variáveis, pois a complexa e dialética rede de relações entre o homem e a natureza não permite que se prenda a um único campo de conhecimento, resistindo às tentativas de “(...) colocar cercas disciplinares rigorosas”, evitando ora uma fabricação de “seus próprios métodos de análise” ora exigir que disciplinas que naturalmente sobrepõe seus limites “se conservassem dentro de suas próprias esferas” (WORSTER, 1991, p.214).

A falta de uma metodologia própria resultou em três correntes distintas decorrentes justamente da aproximação das ciências físico-biológicas e que carecem da análise de questões sociais e da introdução da natureza como agente histórico. A primeira entende a História ambiental como uma história dos recursos naturais. Adota uma concepção mecânica e instrumental do meio ambiente no qual serve como um “depósito” de suprimentos para o homem. “La historia se entiende como el desarrollo de nuevas técnicas con las que disminuir los riesgos provocados por el consumo y la escasez

crecente de los recursos naturales” (ZARRILLI, 2002, p.90). A segunda defende o determinismo físico-biológico da sociedade, ao se misturar a história humana com a história natural (MENDELÉS DOBLES, 2002). A terceira enfatiza os fluxos de energia, apoiado principalmente na Segunda Lei da Termodinâmica, isto é, há uma perda na disponibilidade de energia no meio ambiente, a cada fase histórica, forçando o homem a criar novas tecnologias, cada vez mais complexas para extraí-la da natureza (MENDELÉS DOBLES, 2002).

Outras correntes igualmente tendem a criar verdadeiros reducionismos ecológicos que tendem a fragmentar a História Ambiental, tomando um caminho contrário ao pensamento das suas principais influências como a Escola dos Annales e, principalmente, as obras de Carl Sauer (PALEO, 2008). Adrian Zarrilli (2002, p.90) conclui que: “La dinámica de las sociedades difícilmente pueda explicarse en función de esas leyes de funcionamiento de la naturaleza; ello es tan absurdo como pensar que pueden explicarse si su influencia”. Grosso modo, seus principais paradigmas seriam: a) Determinismo ambiental: o meio físico é um fator que molda a forma de ocupação humana em determinada região, influenciando como a sua cultura foi se configurando para se adaptar ao meio e b) Possibilismo ambiental: as dificuldades impostas pelo meio natural permitem uma série de possibilidades de desenvolvimento humano. As relações entre o homem e a natureza são mais flexíveis (PALEO, 2008).

Há também uma diferenciação no tipo de abordagem em relação às Américas e à Europa. Considerado os primeiros precursores da área, os norte-americanos analisavam inicialmente a paisagem selvagem e inóspita do oeste americano e a relação das populações indígenas com a natureza, além da luta pela sobrevivência em lugares hostis (PALEO, 2008). A natureza para os norte-americanos seria um local intocado pelas mãos humanas, nos ermos vazios, conforme apregoaram, ainda no século XIX, autores como Thoreau e Muir. Posteriormente, travar-se-ia uma disputa epistemológica entre esse pensamento e uma historiografia voltada para o estudo do impacto urbano-industrial no meio ambiente. Os europeus, por outro lado, iniciaram a pesquisa em História Ambiental sem uma disputa epistemológica, pois “as raízes (...) podem ser encontradas, pelo menos parcialmente, dentro da história das cidades, e principalmente na história das redes técnicas urbanas” (MASSARD-GUILBAUD; THORNSHEIM, 2007, p.692). Seu principal objetivo seria examinar as áreas historicamente modificadas pelo homem em paisagens, a partir de uma longa interação e exploração ambiental e formas de adaptação do homem ao seu meio (PALEO, 2008).

Em relação ao Brasil, até a década de 1990 nenhum pesquisador brasileiro havia se declarado “historiador ambiental”, apesar de muitos aproximarem suas pesquisas entre as relações entre a sociedade e a natureza – como o historiador Sérgio Buarque de Holanda, o sociólogo Gilberto Freyre, o geógrafo Aziz Ab’Saber entre outros (DRUMMOND, 1991). Amparado pelo pensamento agrário de Worster, José Augusto Drummond (1991) enfatiza que a historiografia adotada no Brasil, até então, não era capaz de explicar a interação entre as sociedades que surgiram a partir da exploração dos recursos naturais, em determinados momentos históricos. Certamente, o autor busca novas formas de explicação dos ciclos econômicos brasileiros, no qual sugere um

terceiro caminho entre a adoção do pensamento tradicional de ciclos econômicos “estanques” e o de ciclos econômicos abstratos.

Se, para Drummond (1991, p.194) a contribuição da História Ambiental para o Brasil, baseia-se no sentido de entender “(...) o nosso passado e o nosso presente de país rico em recursos naturais e assolado por dívidas sociais”, Martinez (2006, p.29) delinea e aprofunda com a reflexão de que houve uma idealização da natureza brasileira – a partir dos pressupostos de uma pretensa riqueza natural praticamente inesgotável – cuja difusão se deu pelas ciências naturais desde o período colonial e intensificada a partir do Império, “fortemente marcados seja pelo fantasioso seja pelo utilitarismo econômico”. Assim, e de acordo com o autor, a contribuição permitiria lançar luz sobre algumas mistificações legitimadoras da nossa realidade, principalmente a relação entre o “progresso, dos benefícios ou malefícios do emprego da ciência e da tecnologia na ‘conquista’ da terra e da natureza” (MARTINEZ, 2006, p.29-30), analisando criticamente a sua construção realizada pela mídia, governo, intelectuais, entre outros.

Somente a partir de 2003, ensejou-se um estudo mais sistematizado dessa disciplina no país. Até então, percebia-se uma “inexpressiva disponibilidade de instrumentos de trabalho e de bibliografia específica sobre as temáticas ambientais, particularmente no âmbito da história” (MARTINEZ, 2007, p.15). A motivação da inserção de uma dimensão histórica do meio ambiente, por parte da sociedade brasileira se deu por meio de três pontos: 1) uma demanda pelo conhecimento do passado ambiental do país, motivado pelas rápidas transformações tecnológicas que estão ocorrendo; 2) iniciativas, provenientes do Governo Federal, ao longo da segunda metade da década de 1990, que alçou o meio ambiente à condição de objeto de estudo em universidades e nas escolas com a inclusão da comunidade não-acadêmica nesse debate; e 3) a pressão do mercado, que visava garantir uma sustentabilidade das atividades econômicas, principalmente as que dependiam da exploração de recursos ambientais. (MARTINEZ, 2007).

A pluralidade nas abordagens criadas pelos pesquisadores em diferentes partes do mundo acarretou em várias definições sobre História Ambiental. De maneira geral, percebe-se uma evolução conceitual do tema. Em 1967, Roderick Nash estabeleceu que a História Ambiental estuda os contatos passados do homem com o seu habitat total; dez anos depois, Kendall Bailes amplia a definição acrescentando que mais do que os contatos, deve-se analisar todas relações entre as sociedades humanas e o ambiente natural, a partir da perspectiva histórica; em 1994, Worster lançou a primeira definição sistematizada, no qual explora as formas em qual o mundo físico tem influenciado o curso da história humana e as formas que nós temos pensado e tratado de transformar o seu entorno; Mart Stewart, posteriormente, retoma o pensamento de Worster, cuja História Ambiental é a história do papel e do lugar da natureza na vida humana e vai além, afirmando que se trata também da história de todas as interações que as sociedades têm feito com o passado não-humano, em seu ambiente (MENDELÉS DOBLES, 2002). Por fim, Fra Urbano Paleo (2008, p.1) define História Ambiental como “(...) o estudo das interações entre culturas humanas e a natureza através do tempo e do espaço, examinando como o meio ambiente influenciou o processo histórico, e inversamente, como as pessoas reorganizaram e transformaram o seu meio usando tecnologia”.

A relação entre o Homem e a Natureza possui três enfoques ou interpretações (WORSTER, 1991; MENDELÉS DOBLES 2002): 1) entendimento da natureza propriamente dita e a sua configuração original antes da intervenção humana. Isso incluiria o estudo do clima, da geologia, da fauna e da flora, entre outros. O funcionamento do ecossistema teria importância capital nesse enfoque, adotando conceitos desenvolvidos pelos ecologistas; 2) domínio sócio-econômico do homem na medida em que este interage com o ambiente. Em outras palavras, o enfoque centraria no modo de produção e na sua relação com o meio natural, principalmente nas tecnologias e processos de organização de produção econômica. Inclui-se a terra e a natureza como produtos de consumo, nos mais variados níveis; e 3) trata da interação humana com a natureza a partir do viés da representação e da percepção. A natureza seria uma idéia historicamente construída e o desenvolvimento dessa representação se daria a partir de mitos, da religião, da filosofia ou da ciência. Essa noção de natureza construída se transforma na medida em que a civilização se transforma materialmente, gerando uma nova percepção: “no solamente naturaleza y sociedad mantienen una relación dialéctica compleja, sino que nosotros queremos y extraemos de naturaleza también cambia” (MENDELÉS DOBLES, 2002, p.16).

Contudo, a principal crítica aos enfoques elaborados por Worster e seu viés agrícola é o fato de que a natureza, como uma definição historicamente complexa, não se ajusta ao limitado quadro proposto pelo pesquisador, por ser excessivamente materialista e sem levar em consideração questões culturais ou a influência de relações abstratas como o poder, questões sociais, entre outros (CRONON, 1993). Outra crítica é a adoção do viés marxista, com a generalização dos modos de produção o que acarreta na desconsideração de sistemas culturais diversificados existentes no mundo (MENDELÉS DOBLES, 2002). O capitalismo analisado por Worster é mais um *ethos* do que um modo de produção, enfatizando mais a sua importância ética, moral e ideológica e menos o processo per se (CRONON, 1993).

Um dos principais eixos de análise do Historiador Ambiental consiste nas percepções e nos valores que as pessoas ou a sociedade têm sobre a natureza. Algumas dessas idéias se tornam universais como a justificativa religiosa do predomínio do homem sobre a natureza: “As idéias são socialmente construídas e, portanto, refletem a organização das sociedades, os seus tecno-ambientes e as suas hierarquias de poder” (WORSTER, 1991, p.211). Porém, a História Ambiental não precisa ser feita a partir da “*longue dureé*”, apesar de entender que o homem e a natureza se modificam mais lentamente do que as relações sociais (ZARRILLI, 2002). De qualquer modo, dentre as diferentes abordagens, destaca-se a elaborada por Carolyn Merchant (1980 apud PALEO, 2008, p.2), como “a mudança de uma visão de natureza orgânica para uma mecânica, como resultado do uso da tecnologia, levando a uma ruptura na relação entre a natureza e as pessoas e, por fim, a sua destruição”.

Ao relacionar o homem e o meio natural, verifica-se uma clara aproximação entre a História Ambiental e a Geografia, principalmente com a Geografia Histórica. Esta, pois, trata da reconstituição de um dado território a partir de um espaço, cuja transfiguração do primeiro se deu a partir de uma área cuja intervenção humana se desenvolveu em um dado momento, modificando-a de acordo com os seus ensejos (RIBERA CARBÓ,

2005). Essas alterações provocariam diversas dinâmicas dialéticas entre o meio natural e o homem, no qual este transforma a natureza num recurso para sua utilização. Esse processo seria igualmente um dos objetos de estudo da História Ambiental, justamente por compreender “las relaciones estratégicas de los hombres entre sí y con la naturaleza, de la que dependen para su subsistencia y de la forma parte como seres vivos” (ZARRILLI, 2002, p.86).

Mais do que simples subsistência, a ação do homem no meio natural possui um forte aspecto econômico, principalmente a partir do advento do Capitalismo. Assim, para se entender como esse modo de produção permitiu uma intensa transformação da natureza para recurso natural, será igualmente empregado valores do materialismo histórico, pois “la apropiación de los recursos propios del espacio, la construcción de formas humanizadas sobre el mismo, la permanencia de esas construcciones, las modificaciones, ya sea del sustrato natural o de las obras humanas, todo eso representa creación de valor” (VIRGIL, 1994, p.34 apud ZARRILLI, 2002, p. 69-70). E não somente deve-se pensar no espaço como local que provém o que foi extraído como também como um recurso, quando convertido em lote fundiário de expansão urbana.

### **A História Ambiental Urbana**

Centrado em questões mais ligadas às áreas inóspitas, ditas “selvagens” ou às de plantio, a História Ambiental, inicialmente, deixou de lado a relação entre o meio natural e a cidade. A principal crítica a esse tipo de pensamento agro-ecológico reside numa preocupação em se estudar fazendas em detrimento de cidades e o meio natural (ROSEN; TARR, 1994). A principal premissa é que o ambiente urbano não é natural, isto é, parte da cultura humana cujas áreas de conhecimento já amplamente tratam em diversos campos do conhecimento.

De modo geral, não é possível deixar de lado o aspecto ambiental nos seus estudos urbanos, pois “A construção de cidades requer uma extensiva modificação de ecossistemas e criação de novas paisagens. A vida citadina estressa os recursos. (...) O trabalho na cidade gera novos tipos de relações entre natureza e as pessoas” (KEYES, 2000, p.381). Em outras palavras, seria ilógico tratar a intervenção do homem na natureza somente por meio de processos agrícolas e excluindo a construção de aglomerados urbanos e de cidades. Martin Melosi (1993 apud ROSEN; TARR, 1994, p.300) conclui que “a exclusão das cidades do tema principal da História Ambiental parece ser mais um aparato retórico do que uma definição bem acabada”. E não somente deve-se estudar o meio urbano construído, mas também analisar quais são os impactos que isso tem sobre o meio natural existente originalmente. Igualmente, Samuel Hays (1993 apud ROSEN; TARR, 1994), critica a visão unilateral de Worster, pois o pesquisador deve estudar todos os aspectos de organização humana e a sua relação com o meio natural – com uma clara aproximação à Escola dos Annales.

Um dos aspectos adotados pelos historiadores ambientais urbanos é a aplicação da definição de Worster para História Ambiental numa perspectiva urbana – “O estudo do papel e do lugar da natureza na história da vida urbana” (ROSEN; TARR, 1994, p.301) – e apontam quatro pontos de estudo: a) a análise do efeito das cidades no meio

ambiente; b) a análise do impacto do meio ambiente na cidade; c) o estudo da responsabilidade social desses impactos e efeitos para mitigar os problemas ambientais; e d) o exame do meio construído e sua gestão e lugar na vida do homem, dentro de um contexto físico.

Assim, a história da cidade está intimamente ligada à história ambiental. As cidades sempre dependeram dos seus arredores para usufruir os recursos naturais disponíveis, além de utilizar as terras para a sua expansão, na medida em que a população crescia. E a forma de ação humana sobre o meio ambiente só é possível graças à adoção de uma determinada técnica capaz de sobrepor os obstáculos naturais. Por isso, o homem, ao promover esse avanço sobre a natureza “(...) continuamente transformou as paisagens naturais e criou micro-climas locais e ecossistemas biológicos dentro das cidades” (ROSEN; TARR, 1994, p.301).

Contudo, essa ação não se limita simplesmente à apropriação do espaço físico. Outras atividades determinam a marca do homem na natureza como a canalização de rios e a construção de barragens, de pontes e outras vias de circulação, além do destino do lixo produzido e dos dejetos da cidade. E o resultado dessa interferência é a degeneração ambiental ressaltada ainda mais perto dos aglomerados urbanos. Portanto, o crescimento das cidades sobre áreas naturais torna-se um tema recorrente para o historiador ambiental urbano, afinal “o exame de distintos impactos dos processos econômicos e sociais no mundo natural também possibilita a realização de novas pesquisas (...), tanto sobre a degradação quanto sobre a regeneração ambiental” (MARTINEZ, 2007, p.23).

Por outro lado, a natureza também é determinante no processo de urbanização. O homem sempre procurou locais propícios para instaurar seus aglomerados urbanos. Certamente, a natureza se integra à vida urbana, principalmente quando favorece esta última. Entretanto, existem outras interferências, nem sempre benéficas, como a luta contra as forças da natureza cuja escala vai desde as pragas urbanas até catástrofes e desastres naturais. Nem sempre o foco de estudo dos historiadores ambientais urbanos trata dos aspectos negativos da relação entre a cidade e a natureza. A partir das percepções e representações, esses pesquisadores podem analisar as formas de preservação ambiental promovidas por grupos sociais e instituições governamentais, cujas políticas fomentam criar uma política ou uma ideologia com o intuito de moldar o pensamento dos cidadãos sobre a natureza.

Por último, existe uma necessidade de se entender a relação entre o homem e a natureza, pois ambos se envolvem numa dialética que mistura dependência e tensão. Isso se dá a partir das construções que se espraiam em vários cantos do mundo, modificando o meio ambiente e “(...) definiram o contexto físico no qual a maioria das pessoas e muitos organismos não-humanos viveram. Assim, o meio construído, através dos seus efeitos e interação com o meio ambiente, é parte da história ambiental da Terra” (ROSEN; TARR, 1994, p.307). Dentro dessa história ambiental global, em um determinado período histórico, a relação entre o homem e o meio natural foi alterada significativamente.

## Notas

<sup>1</sup> Inclusive, Worster (1991, p.199), afirma que a História Ambiental “nasceu, (...) de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos”. E essa tônica ainda se mantém presente no compromisso do historiador ambiental em ir além da premissa científica, pois “(...) el debate nos compete éticamente, de modo que incorporar la dimensión ambiental enriquece nuestra comprensión del pasado, pero igual de importante es que aporta ideas para la resolución de los dilemas y conflictos del presente” (GASCON, 2007, p.205).

<sup>2</sup> A década de 1970 também foi marcada pelos diversos movimentos ambientalistas que deram suporte ao surgimento da História Ambiental e na transformação de diversas outras disciplinas, motivados “(...) pela evolución de las ciencias y de las ideas sobre la naturaleza permitieron que los historiadores , involucrados en los movimientos ambientalistas de la década de los años 70 encontraran el momento oportuno para concretar este nuevo paradigma histórico y de comprender el desarrollo de la civilización y el origen de la crisis ambiental que vivimos” (MENDELÉS DOBLES, 2002, p.10).

<sup>3</sup> Em 1990, a revista mudou o seu nome para *Environmental History Review* e, em 1996, para *Environmental History* (URBANO, 2008).

## Bibliografia

CRONON, Willian. Ecological Prophecies. In: MERCHANT, Carolyn. *Major problems in American Environmental history: history documents and essays*. New York: Health, 1993.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

GONÇALVES, Carlos Walter. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2008.

KEYES, Jonathan. A Place of Its Own: Urban Environmental History. *Journal of Urban History*, v.26, n.3, p.380-390, mar. 2000.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARTNEZ, Paulo Henrique. *História Natural Paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: SENAC, 2007.

\_\_\_\_\_. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.

MASSARD-GUILBAUD, Geneviève; THORSHEIM, Peter. Cities, Environments, and European History. *Journal of Urban History*, n.5, v.33, p. 691-701, jul. 2007.

MELÉNDEZ DOBLES, Silvia. La historia ambiental: aportes interdisciplinarios y balance crítico desde América Latina. *Cuadernos Digitales*, v.7, n. 19, nov. 2002.



**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES  
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:  
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES  
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

PALEO, Urbano Fra. Environmental History. In: PHILANDER, S. George (ed.).  
*Encyclopedia of Global Warming and Climate Change*. Thousand Oaks, CA: SAGE, 2008.

RIBERA CARBÓ, Eulalia. La geografía como disciplina científica. Por un reencuentro con la historia. *Historias*, Ciudad de Mexico, n.61, p.53-66, mayo-ago., 2005.

ROSEN, Christine; TARR, Joel. The Importance of an Urban Perspective in Environmental History. *Journal of Urban History*. v. 20, n.3, p.299-310, may 1994.

TARR, Joel. Introduction: Thoughts about Pittsburgh Environment. In: \_\_\_\_\_ (ed.).  
*Devastation and renewal: an environmental history of Pittsburgh and its region*. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 2002. p.1-11.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

\_\_\_\_\_. Transformations of the Earth: toward na Agroecological Perspective in History. *Journal of American History*, v.76, n.4, p.1087-1106, mar. 1990.

ZARRILLI, Adrián G. Historia y Medio Ambiente. In: GALAFASSI, Guido P. ZARRILLI, Adrián G. *Ambiente, Sociedad y Natureza: entre la teoría social y la historia*. Buenos Aires: Bernal, 2002, p.65-103.